



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6960 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 11 - Política da Educação Superior

INSTITUTOS FEDERAIS: DEZ ANOS ENTRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O ENSINO SUPERIOR

Anderson Teixeira Boanafina - FUNDAÇÃO INSTITUTO OSWALDO CRUZ

Celia Regina Otranto - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTOS FEDERAIS: DEZ ANOS ENTRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O ENSINO SUPERIOR

Introdução

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia-IFs foram criados pela Lei nº 11.892 (BRASIL, 2008), associando o universo da educação profissional com o do ensino superior. Concebidos como instituição inovadora no desenvolvimento do ensino, tanto pela integração, quanto pela verticalização da educação básica e profissional ao ensino superior, sua configuração estrutural representava a perspectiva de um novo paradigma de educação para as classes de trabalhadores, agregando à formação acadêmica a preparação para o trabalho. Na visão de Pacheco (2010, p. 10), caberia aos IFs promoverem essa “formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos”. Nesse sentido, a construção de uma identidade institucional se tornou um elemento basal na orientação dos IFs e, principalmente, na comunicação com a sociedade sobre o que esperar deles.

Método

O artigo apresenta resultados da investigação realizada sobre os dez anos de criação dos IFs (2008-2018). Um estudo analítico baseado na triangulação de fontes, onde as políticas para a educação profissional e os documentos institucionais são confrontadas com a interpretação de dados gerados pelo MEC/Inep. O objetivo da pesquisa foi identificar a trajetória que os IFs vêm traçando na construção da sua identidade, uma via entre a educação profissional e o ensino superior.

Discussão

A criação de novas organizações integrando diferentes níveis e modalidade de ensino a

partir de 85 instituições federais distintas, algumas delas centenárias, se constituiu em um desafio político e de gestão que não seria findado pela legislação, mas ao longo dos anos. O contexto foi agravado pela rápida ruptura na trajetória histórica das instituições, provocando redirecionamento de finalidade e mudanças no perfil dos docentes. Cabe ressaltar que, de acordo com a legislação, os IFs são equiparados às universidades federais, “para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão” (BRASIL, 2008, Art. 2º). Portanto, na prática, passam a ser instituição de ensino superior com cursos de educação básica e profissional.

Trata-se de uma instituição híbrida, diferente, que incorpora muitas características das que já existiam e entraram na sua composição, mas que, no entanto, para efeito de avaliação foi comparada outra já consolidada - a universidade federal. É como se ela estivesse amparada em dois pilares: educação profissional e educação superior, tentando se equilibrar para construir sua própria identidade. Como essa identidade não foi forjada no seio da instituição e, sim, imposta, é muito mais difícil de se consolidar.

A pesquisa realizada buscou identificar esse processo de transformação. Os dados apresentados a seguir indicam mudanças estruturais em curso que, aparentemente, estão influenciando os rumos da política institucional para o ensino.

Resultados

A criação dos IFs ocorreu no final do ano de 2008, quando várias instituições que os integraram, com destaque para os CEFETs, já ofertavam cursos de educação superior. Realizando um recorte temporal nos cursos presenciais, se no ano de 2008 os IFs nasceram herdando cerca de 245 mil matrículas, entre a educação profissional e a graduação; em 10 anos, o cenário se tornara bem diferente. No ano de 2018, enquanto os cursos de nível médio técnico já apresentavam um universo de 311 mil alunos, o ensino superior registrou 172 mil matriculados, de acordo com os Censos da Educação Básica (BRASIL, 2018) e da Educação Superior (BRASIL, 2018a). Isso perfaz um total de 483 mil estudantes, ou seja, uma ampliação próxima a 100%.

Ainda de acordo o Censo da Educação Superior, as instituições que deram origem aos IFs contavam com 8.005 docentes em 2008, sendo que 53% com titulação entre mestres e doutores. Dez anos depois, esse quadro passou para 23.876 docentes, sendo 84% de mestres e doutores. Evidentemente, essa qualificação teve um desdobramento institucional e, apesar de a educação profissional ainda manter predomínio nas matrículas, o ensino superior vem sendo ampliado. Se em 2008 as matrículas na graduação eram o equivalente a 38% das matrículas da educação profissional. Coincidindo com a qualificação do quadro docente, dez anos depois, esse percentual subiu para 62% das matrículas nos cursos dos IFs.

O impacto da mudança do perfil docente no direcionamento das políticas de oferta dos cursos pelos IFs pode ser observado, também, no ritmo de criação de novos cursos. De acordo com a Plataforma Nilo Peçanha, entre os anos de 2018 e 2019, a Pós-graduação *Stricto e Lato Sensu* cresceram, respectivamente, entre 38% e 20%, enquanto os cursos técnicos registraram uma tímida expansão de 1,25% no mesmo período analisado (BRASIL, 2019).

Conclusões

A pesquisa vem indicando o que pode ser considerado como uma metamorfose dos CEFETs em processo. Um rito de passagem entre o passado de Escola Técnica Federal e um futuro a ser construído. Sob o nome de Instituto Federal, esse momento marca uma forte

aproximação com o perfil das Universidades, especialmente a partir da composição do novo quadro docente.

De acordo com a legislação, o futuro dos IFs está associado a “constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular [...]” (BRASIL, 2008, Art.6º). Essa é uma visão que, também, pode aproximar os IFs daquilo que se espera de uma Universidade Tecnológica na perspectiva do capital, ou seja, uma tendência de ampliar a oferta da educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação para atender às demandas das empresas

Apesar disso, a pesquisa também identificou nos documentos institucionais analisados que, seja por força de lei e das políticas que justificaram sua criação, seja por valores herdados, ainda existem nos IFs as bases para se tornarem instituições dedicadas à formação das classes de trabalhadores pela educação integral, articulando o mundo do trabalho com o desenvolvimento e a disseminação de conhecimentos científicos e tecnológicos. Ou seja, como foi apontado no início, os IFs são instituições que ainda se esforçam por consolidar uma identidade institucional.

Palavras-chave: Política de Educação; Instituto Federal; Perfil Institucional

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. *Institui a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e dá outras providências*. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 30 dez. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2000-2018*. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/microdados>. Acesso em: 12 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Microdados do Censo da Educação Superior 2000-2018*. Brasília, DF, 2018a. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/microdados>. Acesso em: 05 abr. 2018.

BRASIL. Plataforma Nilo Peçanha (PNP). Dados estatísticos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica 2018-2019 [Internet]. Brasília: SETEC; 2019. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>. Acessado em: 25 Fev. 2020.

PACHECO, Eliezer. et al. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades. *Linhas Críticas*, v. 16, n. 31, 2010. p. 71-88